

CURVA DE NORMALIDADE MORTAL: DIREITO À VIDA E TERRITORIALIDADE EM UMA ANÁLISE HISTÓRICA DAS ESTATÍSTICAS DE MORTE VIOLENTA EM CARIACICA-ES (2006-2024)

DEADLY NORMALITY CURVE: RIGHT TO LIFE AND TERRITORIALITY IN A HISTORICAL ANALYSIS OF VIOLENT DEATH STATISTICS IN CARIACICA-ES (2006-2024)

Fabiane Machado Barbosa da Fonseca 

Doutora em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF/RJ). Professora da Pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais e da pós-graduação em História da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB).

Email: fabianemb.prof@gmail.com

Wesley José Nunes Pinto 

Mestre em Engenharia Ambiental pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Chefe Divisão Operacional do 6º CPO-R da PMES

Email: wesleynunes1@hotmail.com

RESUMO: A presente pesquisa organiza e analisa dados estatísticos sobre a criminalidade que viola o direito de viver numa população específica, localizada no município de Cariacica/ES. Buscou-se identificar, quantitativamente, com os Mapas dos Crimes da GEOSP/SESP, os locais em que ocorreram as maiores concentrações de homicídios no município, bem como correlacionar, qualitativamente, locais em que ocorreram as maiores concentrações de homicídios e as características das variáveis geossociológicas presentes nesses mesmos ambientes, como as taxas de densidade populacional. Os índices de violência suportados em determinado território são estabelecidos racionalmente por meio do acompanhamento de números e variáveis típicas dos mecanismos de segurança. Assim, o tratamento dispensado pelo Estado a proteção da vida será proporcional à manutenção da curva de normalidade que se considere adequada num determinado momento da História, em determinado território a despeito de considerações axiológicas.

Palavras-chave: Homicídio; governamentalidade; Cariacica.

ABSTRACT: This research organizes and analyzes statistical data on crime that violates the right to live in a specific population, located in the city of Cariacica - ES. We sought to identify, quantitatively, with the GEOSP / SESP Crime Maps, the places where the highest homicide concentrations occurred in the city, as well as to qualitatively correlate, through maps, the places where the highest homicide concentrations occurred and identify the characteristics of geosociological variables present in the same environment, such as population density rates. The violence indices supported in each territory are rationally established by tracking the numbers and variables typical of security mechanisms. Thus, the treatment given by the State to protect life will be proportional to the maintenance of the normality curve that is considered appropriate at a given moment in history, in each territory despite axiological considerations.

Keywords: Murder; governmentality; Cariacica.

SUMÁRIO: 1 INTRODUÇÃO. 1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLOGIA. 1.1 METODOLOGIA. 2. CASO CARIACICA. 2.1 CONTEXTUALIZANDO A URBANIZAÇÃO DE CARIACICA. 2.2 O MUNICÍPIO DE CARIACICA DEMOGRAFICAMENTE. 2.3 CRIMINALIDADE E TERRITORIALIDADE EM CARIACICA – RESULTADOS. 3. CONCLUSÃO. REFERÊNCIAS.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa, na forma de um relatório, foi apresentada pela primeira vez no 8º Seminário Interdisciplinar de Sociologia e Direito, organizado pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense, que aconteceu em outubro de 2019. Os dados estatísticos representavam a realidade da época e formam hoje um retrato histórico da gestão de população, que foi implementada na organização das regiões metropolitanas das capitais dos estados-membros da federação brasileira.

A presente pesquisa atualizou os dados e analisou estatisticamente a criminalidade que viola o direito à vida de uma população específica localizada no município de Cariacica, clássica cidade dormitório, localizada às margens de Vitória, capital do Espírito Santo. Cariacica possui características que podem ser encontradas em várias regiões metropolitanas do Brasil, marcadamente naquelas ao redor, ou às margens, da capital dos estados-membros. Sua localização e suas características demográficas fazem parte da discussão, atemporal, que levantamos aqui, sobre homicídios e distribuição espacial da violência.

Muitas pesquisas são realizadas sobre a criminalidade nas capitais dos estados brasileiros, mas poucas aproximam as suas “lentes de investigação” das cidades metropolitanas, que ficam literalmente nas margens das capitais, em uma conurbação em que as trocas são desiguais.

As relações de força quase sempre resultam na instalação de instituições não desejáveis na capital, em áreas imobiliariamente desvalorizadas da região metropolitana, instalações como: lixões ou aterros sanitários, centrais de tratamento de esgoto, torres de alta tensão - as quais distribuem energia para toda a região, inclusive para a capital. Além das infraestruturas energética e sanitária, é também na região às margens da capital que normalmente são instalados os Hospitais Psiquiátricos, Hospitais de Custódia, os Institutos de Atendimento Socioeducativos e os Presídios.

A sociedade brasileira tem nos homicídios uma de suas maiores inquietações, assim como a população do município objeto desta pesquisa. Por isso, intencionando contribuir no entendimento dos processos sociais e sobre as possibilidades de mitigação da violência, realizou-se a observação da variação populacional residente, por situação urbana e rural da população de Cariacica-ES, juntamente com as análises de determinadas séries estatísticas dos dados de homicídios no município.

O município de Cariacica pertence à Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), essa composta, também, pelos municípios de Vitória, Vila Vela, Viana, Serra, Fundão e Guarapari. Cariacica possui população estimada de 378.603 pessoas, em 2018, segundo a projeção do IBGE (2018); contudo, em 2010, essa população correspondia a 348.738 pessoas, portanto um crescimento aparente, estimado em 8,56%, em apenas 8 (oito) anos, uma “média linear” de 1,07% ao ano.

Com uma área total de 279,718 km², Cariacica possui apenas de 46,03 km² de área urbanizada, portanto aproximadamente 16,44% de sua área total, gerando uma densidade demográfica de 1.246,12 hab./km². O município cariaciquense tem como municípios limítrofes: Vila Velha, Viana, Vitória, Serra, Domingos Martins e Santa Leopoldina. E, segundo o IBGE (2018) é composto por 101 bairros e possui uma média salarial de 2,1 salários-mínimos, sendo 13º do ranking estadual e o 4º da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), e possuía, em 2016, apenas 15,7 % da população ocupada.

Verificou-se que a partir dos anos 1960, no estado do Espírito Santo, e em Cariacica, ocorreu uma variação significativa entre os percentuais da população: a população urbana superando a população rural, ocorrendo a “inversão” desses percentuais.

Mesmo que seja presente, também, nas zonas rurais, a criminalidade violenta tende a se concentrar nas áreas urbanas. E, independente de seus aspectos motivacionais, são nas zonas urbanas que os desentendimentos interpessoais tendem a se manifestar com maior força, provavelmente, pela própria organização dos centros urbanos, que são estruturas concentradas e centralizadoras dos meios sociais, que atendem a sociedade (Lira, 2014).

Com base em tais pressupostos, apresentar-se-á séries históricas de taxas de homicídios do município de Cariacica em duas etapas: a primeira entre os anos de 2006 e 2017 e a segunda entre os anos de 2018 e 2024, comparando-as com as taxas do estado do Espírito Santo e do Brasil. Para isso, usou-se entre outras técnicas, a análise estatística descritiva, gerando e comparando taxas de homicídios em diferentes níveis, esses de cunho: nacional, estadual e municipal.

Acredita-se que os reflexos negativos, a serem verificados, sejam frutos, entre outras variáveis, das precárias condições de realização dos controles urbanos no município de Cariacica principalmente a partir da década de 1980, os quais tiveram como alguns de seus efeitos, a extrema dispersão e a desorganização das malhas urbanas, onerando as redes de infraestruturas do município cariaciquense (IJSN, 1986), recaindo sobre o crescimento urbano desordenado, gerando, em tese, o aumento da criminalidade violenta (Lira, 2014).

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLOGIA

A criminalidade violenta é aquela que usa a força física para violar o direito à vida, à propriedade ou à liberdade do indivíduo. À vista disso, será analisado aqui como essa criminalidade se distribui no espaço. Portanto, o território é o elemento que será relacionado aos dados coletados.

A etimologia da palavra território é apontada por Haesbaert (2004) como fundada em uma dupla conotação, uma ligada à terra – *territorium* e outra ligada ao térreo – *territor* (terror). Assim, seu sentido envolve o domínio (político-jurídico) da terra e o terror que essa dominação representa aos sujeitos submetidos ou excluídos do território, ou, mais ainda, o medo que aqueles que se

apropriam do território exercem sobre os expropriados ou submetidos. Esses que se apropriam do território, que podem usufruir dele, se identificam com ele. Desse modo, o território diz respeito ao poder, aquele concreto de dominação, e, no sentido simbólico, de apropriação identitária (Haesbaert, 2004).

É nesse sentido simbólico que se desenvolvem os aspectos mais importantes do conceito de territorialidade, qual seja, o desenvolvimento de uma maneira de viver que se identifica com o espaço. Sack (1986 *apud* Haesbaert, 2004, p.3) afirma que “A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado”.

Dar significado ao mundo começa no espaço onde as ações diárias são desenvolvidas o território. Nas regiões metropolitanas, esse território revela múltiplas relações de força, reconhecidas por todos os membros das populações que circulam nessa conurbação de poderes em disputa.

Na obra “Segurança, território e população”, Foucault (2008) descreve mudanças que levam do poder soberano à arte de governar. O Estado territorial progressivamente se torna também um Estado população, com uma nova ênfase a ser considerada a gestão populacional que trouxe novos problemas e novas técnicas ao exercício do poder do Estado. Na sua busca pela gênese desse saber político conhecido como governo, Foucault (2008) descreve o surgimento de uma “governamentalidade”, uma forma de pensar baseada na razão de estado, que teria por foco a população:

Por esta palavra, ‘governamentalidade’, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança (Foucault, 2008, p.143).

Com o foco na gestão da população, a governamentalidade se deparou com um problema bem diferente da demarcação de território: o desafio da circulação. Entendida em sentido amplo como deslocamento, troca, contato, dispersão, distribuição de coisas e pessoas, a circulação tornou-se o foco do poder-político. O objetivo passou a ser criar, para a população, condições que assegurem meios de vida, de existência e de trabalho.

A população¹, constituída por uma multiplicidade de indivíduos que só existe “biologicamente ligada à materialidade dentro da qual existe” (Foucault, 2008, p.27), passa então a fornecer dados sobre sua circulação e sobre a circulação das coisas e riquezas à medida que são desenvolvidos mecanismos que garantissem a segurança desse mesmo fluxo.

¹ Para Foucault a população não se confunde com o servo, súdito ou operário. A população é um personagem novo, composto de uma multiplicidade, que nasce na modernidade. Cf. Foucault, 2008. p. 28

[...] não mais estabelecer e demarcar o território, mas deixar as circulações se fazerem, controlar as circulações, separar as boas das ruins, fazer que as coisas se mexam, se desloquem sem cessar, que as coisas vão perpetuamente de um ponto a outro, mas de uma maneira tal que os perigos inerentes a essa circulação sejam anulados. Não mais segurança do príncipe e do seu território, mas segurança da população e, por conseguinte dos que a governam (Foucault, 2008, p. 85).

Ao problema da circulação foi necessário responder com novos mecanismos de poder, para além daqueles típicos da relação soberano-súdito. Esses mecanismos de segurança não visavam proibir ou estabelecer condutas, mas fazer os elementos de realidade funcionarem uns em relação aos outros.

Esses mecanismos também tendem a uma anulação dos fenômenos, não na forma da proibição, “você não pode fazer isso”, nem tampouco “isso não vai acontecer”, mas a uma anulação progressiva dos fenômenos pelos próprios fenômenos. Trata-se, de certo modo, de delimitá-los em marcos aceitáveis, em vez de impor-lhes uma lei que lhes diga não. Não é, portanto, no eixo soberano-súditos, tampouco é na forma da proibição que os mecanismos de segurança põem-se a funcionar (Foucault, 2008, p. 86).

Para desenvolver tais mecanismos de segurança da circulação foi necessário conhecer de perto as coisas e as pessoas. Portanto, esses mecanismos só poderiam ser constituídos à medida que se produzia conhecimento sobre a realidade. Isso foi feito por meio do desenvolvimento de técnicas estatísticas que dão origem à ciência de bem-governar. Por isso a estatística foi escolhida nessa pesquisa para estudar o fenômeno da criminalidade violenta, com o intuito de entender suas curvas de normalização.

De acordo com Foucault (2008), a busca por uma arte de governar está relacionada ao mercantilismo e ao cameralismo, que são esforços para racionalizar o exercício do poder em função precisamente dos conhecimentos adquiridos pela estatística e configuram uma doutrina sobre a maneira de aumentar o poder e a riqueza do Estado. Esa arte de governar só foi formulada na medida em que se instalava o aparelho da monarquia administrativa e as formas de saber correlatas a esse aparelho.

A estatística demonstra que a população tem regularidades próprias. De acordo com Foucault (2008, p. 139), “A estatística mostra que por seus deslocamentos, por seus modos de agir, por sua atividade, a população tem efeitos econômicos específicos”. Trata-se de um fenômeno de natureza própria que não se pode mudar como que por decreto, pois essa natureza é fundada em dados que dependem de toda uma série de variáveis que fazem com que ela não possa ser transparente à ação do soberano. Por isso, sua relação não pode ser da ordem da obediência ou da revolta, mas sua natureza é acessível a agentes e a técnicas de transformação. (Foucault, 2008, p. 93-94), as quais devem levar em consideração o motor de ação da população, o desejo:

O desejo é aquilo porque todos os indivíduos vão agir. Desejo contra o qual não se pode fazer nada. Como diz Quesnay: você não pode impedir as pessoas de virem morar onde consideram que será mais proveitoso para elas e onde elas desejam morar, porque elas desejam esse proveito. Não procure mudá-las, elas não vão mudar. [...] esse desejo é tal que, se o deixarmos agir e contanto que o deixemos agir, em certo limite e graças a certo

número de relacionamentos e conexões, acabará produzindo o interesse geral da população. O desejo é a busca do interesse para o indivíduo (Foucault, 2008, p. 95).

As técnicas de transformação devem estar voltadas para a produção do interesse coletivo pelo jogo do desejo. O governo não deve se preocupar em dizer não e tentar legitimar essa negativa do desejo. O governo das populações passou a se preocupar em como dizer sim a esse desejo. A “Produção do interesse coletivo pelo jogo do desejo é o que marca ao mesmo tempo a naturalidade da população e a artificialidade possível dos meios criados para geri-la” (*Ibidem, loc. cit.*). Assim, é a população, muito mais que o poder do soberano, que aparece como o fim e o instrumento do governo, pois a população se torna sujeito de necessidades, de aspirações.

É apreendendo essa rede contínua e múltipla de relações entre a população, o território e a riqueza que se constituirá uma ciência chamada Economia Política e, ao mesmo tempo, um tipo de intervenção característica do governo: a intervenção no campo da Economia e da população. A soberania é chamada a se carregar, “a se lastrear com uma coisa específica que não está contida diretamente nela, que obedece a um outro modelo e a um outro tipo de racionalidade, e esta coisa a mais é o governo, o governo que deve buscar sua razão” (*Ibidem, p. 318*). A razão de estado é o conhecimento dos meios adequados para fundar, conservar e ampliar sua dominação. A relação guerra-repressão é constante e suas relações de força vão provocar exatamente o equilíbrio da economia política ou sua total desarticulação.

As tecnologias políticas de dominação se desenvolveram à medida que o conhecimento sobre a população se desenvolveu, inserindo uma nova lógica de gestão que não se resumia ao permitido ou proibido, mas sim à análise de um cálculo de custo baseado na média considerada ótima e o estabelecimento de limites aceitáveis do fenômeno. Muito conectados aos significados estatísticos da análise social, os mecanismos de segurança funcionam na dimensão da prevenção; e a segurança como um todo seria “uma certa maneira de acrescentar, de fazer funcionar, além dos mecanismos de segurança, as velhas estruturas da lei e da disciplina” (Foucault, 2008, p. 14).

No Brasil, de acordo com Neder (1995), essas transformações no exercício do poder tiveram como um dos pontos de demarcação a atualização do Estado, já sob a forma republicana. Essa atualização acompanhou o processo de constituição do mercado de trabalho capitalista, com a substituição do trabalho escravo pelo trabalho-livre.

Tais modificações configuram-se de modo especial, na reforma ocorrida em 1902 e em 1907, através do decreto nº6.440, de 30 de março (que institui o serviço médico-legal e o de identificação e estatística, a guarda civil e a polícia marítima) e na criação da Escola de polícia, em 1912 (Neder, 1995, p. 21).

No interior de mecanismos de controle social, como as penalidades ou ações sanitárias, emergiram tecnologias de segurança que focaram na gestão de séries abertas que, por conseguinte, só puderam ser controladas por uma estimativa de probabilidades:

Digamos para resumir isso tudo que, enquanto a soberania capitaliza um território, colocando o problema maior da sede do governo, enquanto a disciplina arquiteta um espaço e coloca como problema essencial uma distribuição hierárquica e funcional dos elementos, a segurança vai procurar criar um ambiente em função de acontecimentos ou de séries de acontecimentos ou de elementos possíveis, séries que vai ser preciso regularizar num contexto multivalente e transformável (Foucault, 2008, p. 27).

Mesmo havendo uma nova forma de governar, o princípio jurídico da soberania continua sendo exercido no novo contexto. Logo, a soberania não é eliminada. O exercício do poder soberano na forma de leis, que estabelecem punições e regulamentos por meio do mecanismo legal e jurídico endereçado ao controle do território, persiste e se aprimora por meio de mecanismos de vigilância e de correção que configuram mecanismos disciplinares. O exercício da soberania e a implantação da disciplina continuam parte do exercício do poder estatal. “Nunca a disciplina foi tão valorizada do que a partir do momento em que se procurava administrar a população” (Foucault, 2008, p.142).

A disciplina ganha muita importância porque administrar a população significa cuidar dos detalhes, administrar com profundidade a individualidade. Ela se exerce sobre o corpo dos indivíduos, mas, na verdade só existe para administrar a multiplicidade e não um único indivíduo.

A disciplina escolar, a disciplina militar, a disciplina penal também, a disciplina nas fábricas, a disciplina operária, tudo isso é uma determinada maneira de administrar a multiplicidade, de organizá-la, de estabelecer seus pontos de implantação, as coordenações, as trajetórias laterais, ou horizontais, as trajetórias verticais e piramidais, a hierarquia, etc. E, para uma disciplina, o indivíduo é muito mais uma determinada maneira de recortar a multiplicidade do que a matéria-prima a partir da qual ela é construída. (Foucault, 2008, p. 16)

Assim, a disciplina é um modo de individualização das multiplicidades. Ela estabelece as coordenações ótimas e os procedimentos de adestramento progressivo, desse modo demarca os considerados aptos e inaptos, estabelece critérios de normalidade e anormalidade. Nas atividades disciplinares parte-se de uma norma para distinguir o normal do anormal. Sendo considerado normal aquele que consegue se conformar, se adequar à norma pré-estabelecida.

Nos mecanismos de segurança, por meio das estatísticas, parte-se da identificação das diferentes curvas de normalidade presentes na realidade. Desse modo, a operação de normalização faz com que essas diferentes distribuições de normalidade funcionem umas em relação às outras. São essas curvas identificadas na realidade que vão servir de norma. Assim, neste novo momento, é a partir da realidade e dos estudos das probabilidades que a norma se fixa e desempenha seu papel operatório.

Isso posto, a disciplina constrói mecanismos artificiais no território, isto é, normas artificiais pré-estabelecidas que deverão ser seguidas pela população, aqueles que as alcançarem são os considerados normais; já a segurança se apoia em certo número de dados materiais, que já existem na sociedade. Sobre a segurança Foucault (2008, p. 26) explica que:

[...] não se trata para ela, de reconstruir esse dado de tal modo que se atingisse um ponto de perfeição, como numa cidade disciplinar. Trata-se simplesmente de maximizar os elementos positivos, de poder circular da melhor maneira possível, e de minimizar, ao contrário, o que é risco e inconveniente, como o roubo, as doenças, sabendo perfeitamente que nunca serão suprimidos. Trabalha-se, portanto, não apenas com dados naturais, mas também com quantidades que são relativamente compressíveis, mas que nunca o são totalmente. Isso nunca pode ser anulado, logo vai-se trabalhar com probabilidades.

O foco principal dos governantes deixa de ser, portanto, o *corpus* de leis, ou a habilidade em aplicá-las quando necessário, e torna-se o conjunto de conhecimentos técnicos que caracterizam a realidade do próprio estado. Os mecanismos de segurança se conectam à realidade das oscilações. Na disciplina, quanto menor a infração, maior deve ser a atenção dedicada à sua correção. Já o dispositivo de segurança trabalha em cima dos dados gerais da população, portanto, deixa acontecer, numa conexão direta com a ideologia liberal que se desenvolve junto com eles (*laissez faire*). Foucault (2008, p.59) explica que “não é que deixa fazer tudo, mas há um nível em que o *laissez-faire* é indispensável. Deixar os preços subirem, deixar a escassez se estabelecer, deixar as pessoas passarem fome, para não deixar que certa coisa se faça [...]”.

Em outras palavras, a lei proíbe, a disciplina prescreve e a segurança sem proibir nem prescrever, mas dando-se evidentemente alguns instrumentos de proibição e de prescrição, a segurança tem essencialmente por função responder a uma realidade de maneira que essa resposta anule essa realidade a que ela responde – anule, ou limite, ou freie, ou regule. Essa regulação no elemento da realidade é que é, creio eu, fundamental nos dispositivos da segurança (Foucault, 2008, p. 61).

Os dispositivos de segurança se apoiam em dados que serão materializados pela estatística, que se torna um dos saberes do Estado sobre si mesmo, mas também saber sobre os outros estados. Com a circulação como impulso de riquezas, os estados passaram a ser concorrentes entre si, valorizando ainda mais o uso das informações de um sobre o outro.

Todos os mecanismos de governo² e a governamentalidade voltados para a população vão controlar a vida cotidiana das pessoas, indicando modos de viver, fomentando ações, inibindo outras, produzindo conhecimentos científicos e morais com discursos que direcionam o viver. Trata-se de uma arte de fazer viver e deixar morrer.

1.1 METODOLOGIA

Para as coletas dos dados quantitativos e, portanto, para a análise estatística, os parâmetros utilizados seguiram as metodologias propostas por publicações da área, como: o “Atlas da Violência de 2018” e o “Anuário Brasileiro Segurança Pública de 2018”; e as obras: “Causas e Consequências do Crime no Brasil”, de Daniel Cerqueira, em nível nacional, e “Geografia do

² “E o governo é isso. É mais do que a soberania, é um suplemento em relação à soberania, é algo diferente do pastorado, e esse algo que não tem modelo, que deve buscar seu modelo, é a arte de governar.” (Foucault, 2008. p. 317).

Crime e Arquitetura do Medo: Uma Análise da Criminalidade Violenta e das Instâncias Urbanas”, do pesquisador Pablo Lira, em nível estadual.

Todas as obras citadas, entre outras, nortearam os testes numéricos e os cálculos realizados. Na pesquisa descritiva, realizou-se um levantamento de dados com base nas informações disponíveis no banco de dados do Sistema de Informações de Mortalidade do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (SIM/DATASUS), do Portal da Saúde do Ministério da Saúde, do Atlas da Violência de 2025, do Mapa da Segurança Pública 2025 (ano-base 2024) e da Gerência do Observatório da Segurança Pública (GEOSP) da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo (GEOSP/SESP/ES) entre os anos de 2006 e 2024.

Após coletados, filtrados e organizados, esses dados foram analisados e identificados, tendo como base os homicídios nos municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), com destaque para o município de Cariacica-ES. Foram verificadas as frequências, relações com os índices nacionais e estaduais, seus impactos no total de homicídios no Brasil e no estado do Espírito Santo, seus coeficientes e as correlações entre as demais variáveis socioespaciais, mensuradas, em grande parte, de forma numérica.

As análises qualitativas foram realizadas à luz de um referencial teórico pós-estruturalista, que analisa o próprio uso da estatística como o fundador de um tipo de governamentalidade (Foucault, 2008) voltado para a gestão da população no território com objetivos variados. Buscou-se entender a razão de estado que fomenta a perpetuação dos altos índices encontrados.

2 CASO CARIACICA

2.1 CONTEXTUALIZANDO A URBANIZAÇÃO DE CARIACICA

A migração do campo para a cidade teve muita influência no aumento da população urbana no município de Cariacica-ES, principalmente durante a chamada Crise do Café, na qual houve um incentivo governamental para erradicação da lavoura de café, cuja superprodução derrubava o preço do produto, tornando a atividade econômica insustentável (Rocha; Morandi, 2012).

Descendentes de imigrantes europeus viviam no interior do estado do Espírito Santo, como as comunidades: italianas, pomeranas e alemãs. Essa parcela da população foi umas das principais afetadas pela crise econômica que alimentou o fluxo migratório em direção aos municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória, entre eles Cariacica.

Na mesma época, entre 1960 e 1969, em Cariacica, instalaram-se diversas indústrias, como: Refrigerantes Vitória S/A (1960), Braspérola (1961), S.A. White Martins (1961), entre outras; elevando, na década de 1970, o município de Cariacica ao patamar de “mais importante polo industrial de região àquela década” (IJSN, 1986).

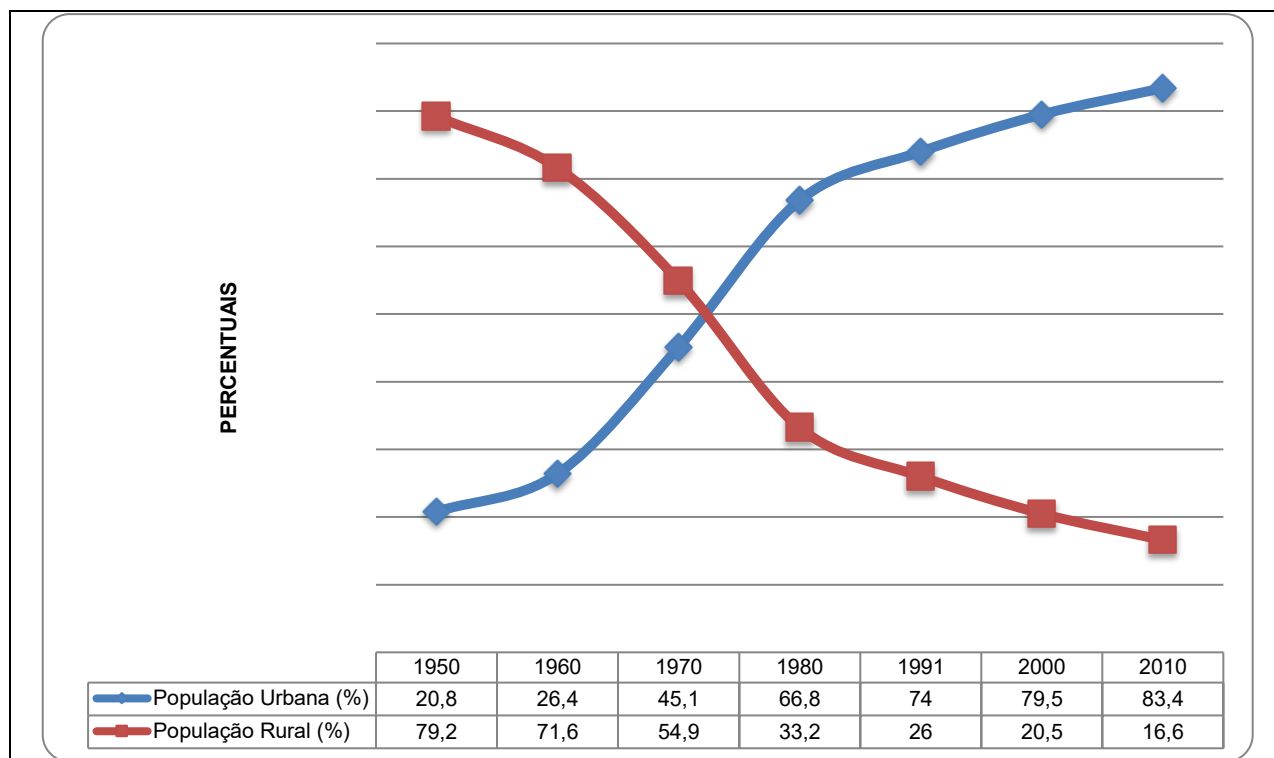
Embora ocorresse uma concentração de investimentos econômicos e sociais na Grande Vitória, eles não foram suficientes para atender a toda população estadual, a qual passava pela crise do café; sem programas dirigidos para buscar o desenvolvimento de pequenos e médios polos no Estado. Assim, uma significativa parcela da população foi levada a abandonar o interior do estado por falta de emprego e condições de sobrevivência. Essa população migrante se concentrou, em sua maioria, nas regiões mais dinâmicas do estado ou o abandonaram, emigrando para outros estados. Os que ficaram no Espírito Santo, concentraram-se, até 1960, sobretudo, em Vila Velha e Cariacica (Castiglioni, 1994).

Apesar de hoje a economia capixaba ser predominantemente industrial, ela era altamente dependente da cafeicultura, não vislumbrando nenhuma alternativa de diversificação econômica, mesmo sob uma abrupta redução do nível de renda advinda da queda dos preços do café, na metade do século XX. Até 1950, aproximadamente, os produtores mantiveram a lavoura cafeeira e reforçavam a produção de subsistência para compensar a citada redução, mesmo após ressalvas do então Governador do estado do Espírito Santo, senhor Jones dos Santos Neves, que em 1952 advertiu que “os galhos dos cafezais eram frágeis demais para sustentar o nosso sonho de progresso” (Rocha; Morandi, 2012).

Verifica-se, segundo Rocha e Morandi (2012), que existira, em época, uma grande dependência econômica do estado para com a cafeicultura e que não foram desenvolvidas novas alternativas de diversificação. Contudo, após da década de 1950, posteriormente às altas safras de café, ocorreu uma nova queda em seu preço. Entretanto o Governo Federal decidiu realizar ações mais radicais para a situação, erradicando os cafezais até uma capacidade que se entendia ser produtiva e adequada à realidade de mercado. Essa ação foi o ponto de partida para um diferente processo de transformação econômica no estado do Espírito Santo. Em 1960, por exemplo, o ICMS do café correspondia a 62% da receita pública estadual e a produção industrial a apenas 17% do valor total. Naquela mesma década, aproximadamente 71,6% da população capixaba ainda vivia e trabalhava no campo, como já citado, então apenas 28,4% se encontrava nas zonas urbanas.

Entre os anos de 1962 e 1967 foram erradicados 32% dos cafeeiros existentes e 30,5% das áreas ocupadas por suas plantações. Contudo, no Espírito Santo esses números foram bem maiores, pois 53,8% dos cafeeiros foram erradicados e 71,0% da área plantada foi liberada (Rocha; Morandi, 2012). Como se pode verificar, as ações de “Erradicação do Café no ES” foram bem mais significativas e drásticas.

Segundo Rocha e Morandi (2012), além da citada perda na atividade econômica do café, não se tinham atividades que poderiam substituí-la com a mesma capacidade de geração de emprego e renda. Essa ação potencializou os movimentos migratórios, desenvolvendo, de forma acentuada e desorganizada, o Êxodo Rural no estado do Espírito Santo. Assim, no Espírito Santo, entre os anos de 1970 e 1980, a maioria da população passou concentrar-se nas zonas urbanas, conforme pode ser observado na Figura 1.

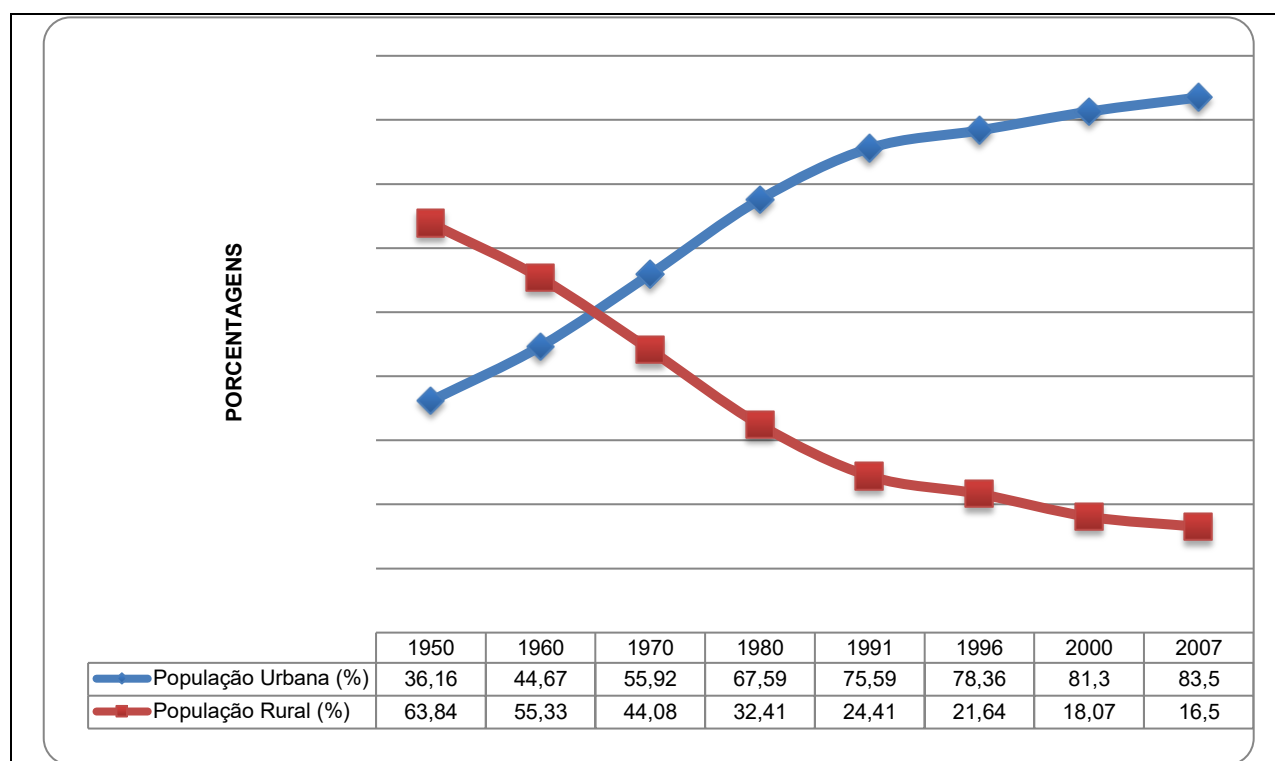
Figura 1 - Variação populacional da população do Espírito Santo entre os anos de 1950 e 2010

Fonte: Produzido pelos autores a partir dos dados do IBGE (1949 – 1980, 1951, 1967, 1973, 2000 e 2010).

Contudo, verifica-se que os migrantes tiveram como origens, não apenas o interior do estado do Espírito Santo, mas também outras localidades de estados vizinhos, como: Minas Gerais, Zona da Mata Mineira, Sul da Bahia e Norte do Rio de Janeiro (Siqueira, 2009). Assim, afastados de suas raízes, formou-se uma nova sociedade sem relações estruturadas e com baixa solidariedade social. Adicionado a isso, essas pessoas enfrentam problemas como a falta de emprego e carências sociais, visto a pouca condição de se obter o mínimo para suprir as necessidades básicas para cada família originária da migração (Rocha; Morandi, 2012).

Ao ser comparado ao Êxodo Rural no Brasil, esse descrito na Figura 2, percebe-se que as taxas brasileiras, no que tange à urbanização, estavam, em tese, mais evoluídas que as do Espírito Santo. No ano de 1950, a População Urbana do Brasil era de aproximadamente 35% do total da população brasileira; já a do Espírito Santo era de apenas 20% da população espírito-santense. A inversão dessas taxas, no Brasil como um todo, ocorreu após o ano de 1960, enquanto a do Espírito Santo ocorreu na segunda metade dos anos de 1970, cerca de 10 anos depois.

Figura 2 - Variação populacional do Brasil entre os anos de 1950 e 2007.

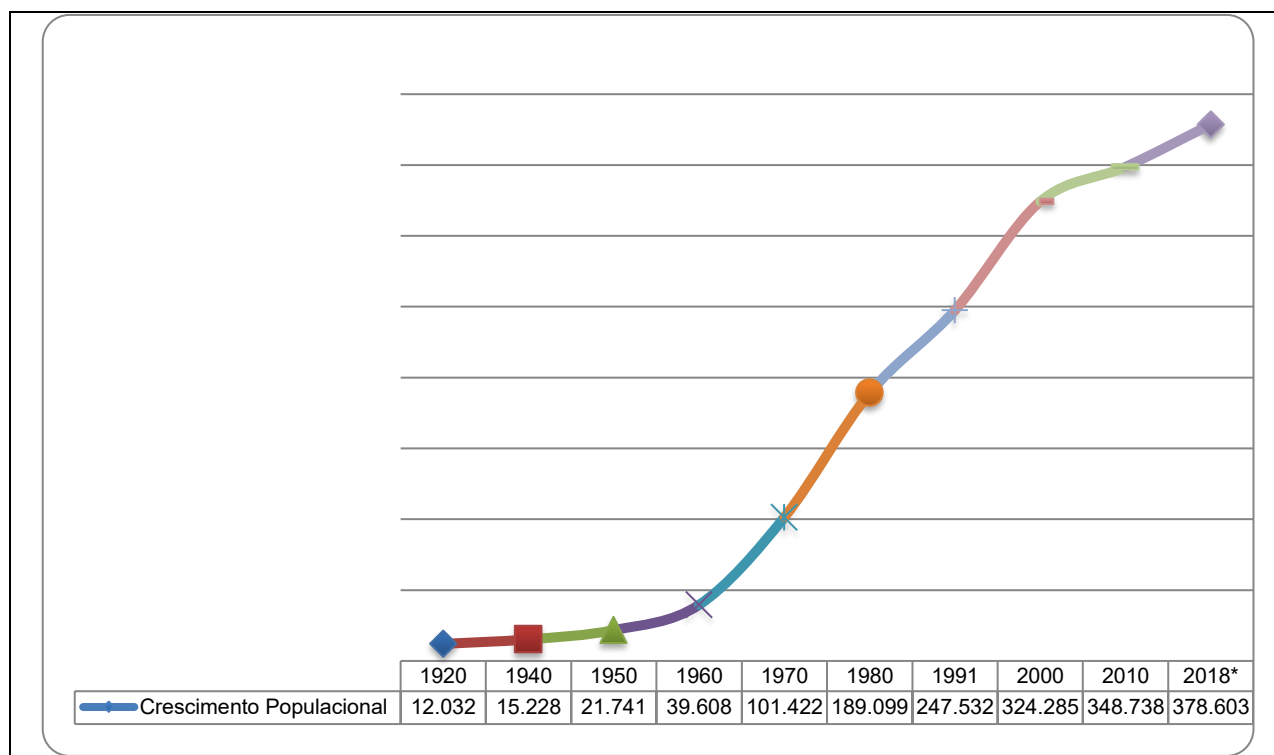


Fonte: Produzido pelos autores a partir dos dados do IBGE (1949-1980, 1951, 1967, 1973, 2000, 2010). Adaptado de Vieira Neto (2011).

2.2 O MUNICÍPIO DE CARIACICA DEMOGRAFICAMENTE

Após a política de erradicação do café, a população de Cariacica cresceu de forma muito acentuada, saindo de 39.608 habitantes, em 1960, para 101.422 habitantes, em 1970, um crescimento linear de 156,06% em apenas 10 (dez) anos, segundo o IBGE (1973). Um crescimento maior que o dobro da população de 1960.

Ao analisar o censo referente ao ano de 1980, tendo como base o ano de 1960, esse crescimento é ainda muito mais acentuado, pois a população de Cariacica chegou a 189.099 habitantes, um crescimento de 377,43%. Portanto, a população mais que quadruplica em 20 (vinte) anos. O crescimento populacional do Espírito Santo entre 1960 e 2010 foi de 147,8%, saindo de 1.418.348 para 3.514.952 habitantes. Todavia, o crescimento populacional de Cariacica, no mesmo período, foi de 780,47%, saindo de apenas 39.608 para 348.738 habitantes, mais de 8(oito) vezes a população inicial de 1960. Isso representou, em 2010, 9,92% do total da população capixaba.

Figura 3 - Crescimento populacional de Cariacica entre os anos de 1960 e 2018 (Projeção do IBGE para 2018).

Fonte: Produzido pelos autores a partir dos dados do IBGE (1949-1980, 1951, 1967, 1973, 2000, 2010)

Já em 1980, como pode ser observado na Figura 4, a população urbana de Cariacica representava 97,99% da população do município, que há cerca de 20 anos antes, em 1960, representava, apenas, 34,82% (IJSN, 1986). Portanto, um crescimento vertiginoso para a “saúde social” de Cariacica.

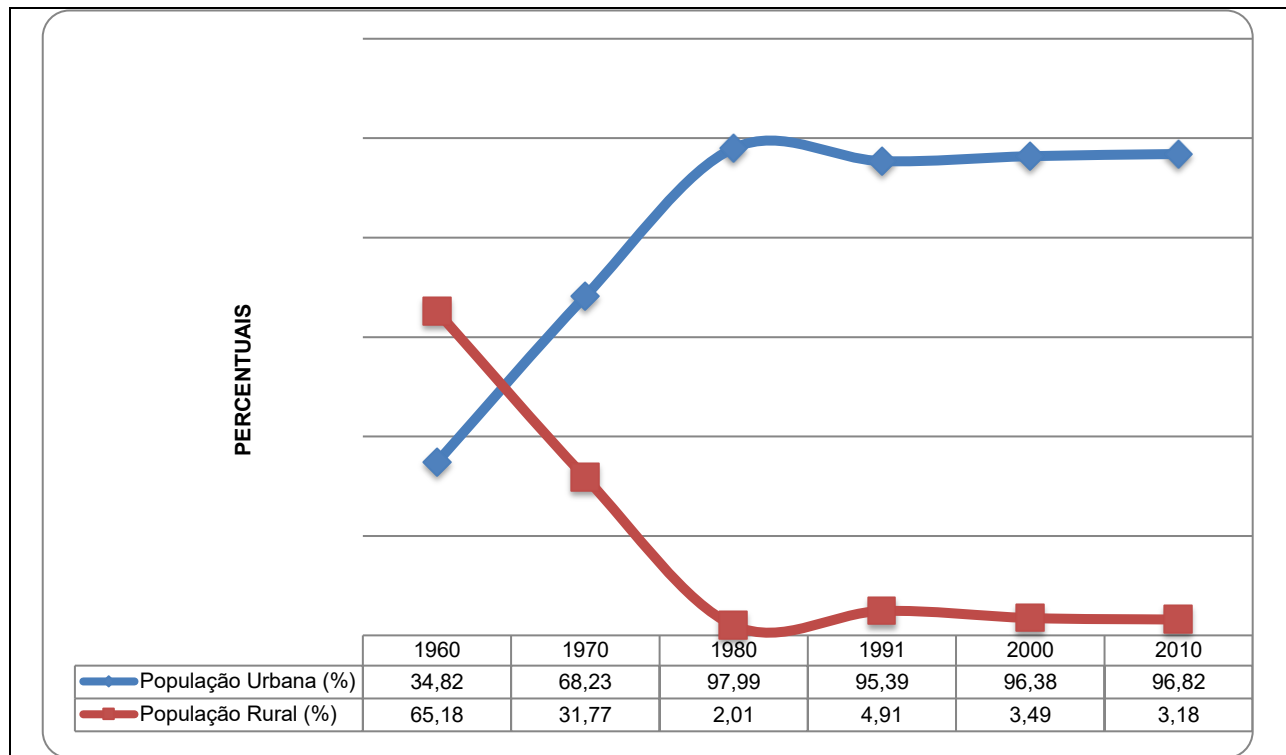
Grande parte dessa população migrante, em Cariacica, ter-se-ia alojado na “zona urbana” do distrito de Itaquari, essa população tinha baixo poder aquisitivo, instalando-se de forma precária e sem grande apoio do Poder Público. Nesse processo, iniciaram-se as primeiras “invasões consentidas”, entre elas, a realizada pelos operários da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) à Fazenda São João, pertencente à Prefeitura Municipal de Vitória e localizada no que seria o município de Cariacica, dando origem ao que é hoje o bairro de Porto de Santana (IJSN, 1986).

As ocupações urbanas dos municípios da Grande Vitória tiveram características distintas, o que refletiu negativamente no processo de crescimento urbano de Cariacica, dentro de um quadro de ocupação por linha de “estratificação social”³. As valorizações dos terrenos variaram de acordo com a “proximidade” de três fatores: centro metropolitano; o complexo portuário de Tubarão (CST, CVRD e CIVIT); e a faixa de praias. Como o município de Cariacica está distante de todos os três “fatores”, ele foi um dos escolhidos para o desenvolvimento dos assentamentos urbanos para a população de baixa renda, sendo ocupado pela maioria dos migrantes à Grande Vitória e

³ A Estratificação Social está ligada a um conjunto de desigualdades que atingem diferentes sujeitos de uma sociedade, separando-os de alguma forma dos demais.

resultando, em tese, em grande parte dos problemas de ordem urbana enfrentados até a atualidade naquele município.

Figura 4 - Variação populacional de Cariacica entre os anos de 1960 e 2010



Fonte: Produzido pelos autores a partir dos dados do IBGE (1949-1980,1951,1967,1973,2000,2010).

Além da existência de muitos loteamentos irregulares consta que no final dos anos 1970 já se somavam 54 ocupações ilegais em Cariacica (conhecidas como invasões). Podemos citar a ocupação de Flexal iniciada em 1979 e a de Rio Marinho, popularmente conhecido como bairro Chega Mais (IJSN, 1986). Atualmente, esses territórios são representantes de regiões em conflitos sociais significativos.

Tabela 1 - Conjuntos Habitacionais e Unidades Habitacionais construídos na Grande Vitória no período de 1967 a 1986.

Municípios	Conjuntos Habitacionais	Unidades Habitacionais
Cariacica	07	1.952
Serra	21	25.980
Vila Velha	28	15.216
Viana	01	2.270
Vitória	17	4.587
Total	74	50.005

Fonte: COHAB- ES e INOCOOPS-ES. Produzido pelo autor.

Como exemplo desta situação – do município de Cariacica ter tido menores investimentos no trato com a organização urbana na Grande Vitória – observa-se que o citado município teve menores investimentos no desenvolvimento de conjuntos habitacionais e unidades habitacionais entre os anos de 1967 e 1986, conforme pode ser verificado na Tabela 1.

Segundo Oliveira (2007), Cariacica teve investimentos para apenas 7 (sete) conjuntos habitacionais e 1.952 unidades habitacionais, “perdendo”, somente, para o município de Viana, que teve investimento para apenas 1(um) conjunto habitacional, mas com mais unidades habitacionais do que os de Cariacica, registrando-se 2.270 unidades habitacionais em Viana. Assim, Cariacica foi o município da Grande Vitória que teve o menor número de unidades habitacionais construídas entre o período de 1967 e 1986 (Oliveira, 2007, p.53), período em que ocorreram os maiores movimentos de migrações, demonstrando, em tese, a falta de investimentos no desenvolvimento urbano no município cariaciquense.

Nessas ocupações que se desenvolveram, sob restritas condições de amparos sociais, Rocha e Morandi (2012) informam que existiram fatores determinantes precários ao desenvolvimento, os quais geraram múltiplos problemas sociais, como: inadequadas habitações e saneamento de precárias condições; educação pública com ofertas insuficientes e de baixa qualidade; e transporte coletivo e atendimento à saúde sob precárias condições. Instalando-se, também, segundo os autores, um ambiente propício ao consumo e comércio de drogas, de forma disseminada e descontrolada; e a proliferação da violência (Rocha; Morandi, 2012).

A diminuição do fluxo migratório para a Grande Vitória só teria ocorrido após o ano de 1980. Contudo, os saldos migratórios foram os principais fatores responsáveis pela inflação populacional da Grande Vitória. Essa diminuição teria, aparentemente, como uma de suas causas: a decepção da população migrante face à incapacidade das grandes cidades em concretizar as suas aspirações mais elementares (Castiglioni, 1994).

Esses migrantes enfrentaram, provavelmente, as mesmas situações de miséria que viviam nas suas regiões de origem, mas agravada pela “inflação” urbana, que lhes ofereceram: subempregos e desempregos; insegurança e estresses; poluição e violência (Castiglioni, 1994).

Nesse contexto urbano aconteceram mutações e a multiplicação de fenômenos sociais diversos, como a intensificação do desrespeito às leis gerais de regência social, os fenômenos de violação a propriedade, a vida ou a liberdade por meio do uso de violências (LIRA, 2014), que caracterizam o que chamamos de criminalidade violenta.

2.3 CRIMINALIDADE E TERRITORIALIDADE EM CARIACICA – RESULTADOS (2006-2017)

A sociedade ocidental está sujeita ao mal da violência, que é um fenômeno social que ultrapassa gerações, eras, séculos, décadas, numa relação permanentemente de conflitos sociais.

Na contemporaneidade a manifestação de violência teria como seu maior palco: as cidades, que são as porções mais urbanizadas de uma região (Vieira Neto, 2011).

Segundo Vieira Neto (2011), entre as causas da violência se encontram situações originadas pelos próprios homens, como o desprezo às autoridades, que seria relacionado a problemas na educação e conflitos sociais. Segundo o autor, as questões da falta de moradia, desemprego, as situações de pobreza e a miséria – todas ligadas ao crescimento urbano desorganizado, e inflados pelo êxodo rural, como ocorrido em Cariacica – teriam alimentado o ciclo da criminalidade violenta (Vieira Neto, 2011), que também pode ser denotada pela terminologia de “criminalidade urbana violenta” (Lira, 2014).

Mesmo ocorrendo, também, nas zonas rurais, a criminalidade violenta tende a se concentrar nas áreas urbanas. Independente de seus aspectos motivacionais, são nas zonas urbanas que os desentendimentos interpessoais tendem a se manifestar com maior força, provavelmente pelo modo de organização dos centros urbanos, tendem a ser uma estrutura concentrada e centralizadora dos meios sociais de atendimento a própria sociedade (Lira, 2014).

A desigualdade social atinge a realidade brasileira e está presente no estado do Espírito Santo tendo a cidade de Cariacica como exemplo da disparidade de acesso dos seus cidadãos a serviços e bens de consumo coletivos. O lugar e o espaço do cidadão em uma sociedade desigual possuem relação direta com o crescimento da violência, nessa mesma sociedade, caracterizada pela ocupação urbana desordenada, visto que o espaço é encarado como um fruto de uma produção social (Vieira Neto, 2011). Se as relações interpessoais não são as mais amistosas, dada a desigualdade social, em tese, as relações poderão ser refletidas em fenômenos como a criminalidade violenta.

Um cidadão sem emprego digno, esse também ator ou influenciado pela mesma ocupação desordenada das zonas urbanas, é um cidadão sem participação social e sem espaço para o exercício da cidadania, sem lugar e sem poder, portanto um excluído da sociedade a qual deveria pertencer. Essas segregações sociais e espaciais da população, em seus desdobramentos, conseguem catalisar as reações geradoras da violência urbana (Vieira Neto, 2011).

Verifica-se, em Cariacica, a presença de todas as “causalidades sociais” que poderiam majorar a “criminalidade violenta”, como ocorrido em diferentes cidades brasileiras, todas alimentadas pela “urbanização” e “desigualdade social”, influenciadas, diretamente, pelo “crescimento urbano desordenado”.

Ao ser realizada uma breve análise da evolução das taxas de homicídios ocorridos entre os anos de 2000 e 2013, em nível mundial e por continentes, verificou-se que as taxas das Américas são as maiores, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS). As taxas mundiais ficam em torno de 7 a 8 homicídios por 100 mil habitantes, já as taxas das Américas variaram de 13 a 16 homicídios por 100 mil habitantes (Cerqueira et al., 2018).

Segundo a OMS (Cerqueira et al., 2018), entre as Américas, verificou-se que as taxas da América Latina são as mais altas, variando entre 30 homicídios por 100 mil habitantes, no ano de 2002 – essa a maior taxa da série histórica – e 24 homicídios por 100 mil habitantes, no ano de 2013 – a menor taxa na série histórica observada. O recorte temporal verificado está entre os anos de 2000 e 2013.

Segundo Lira (2014), o Brasil figura como um dos países mais violentos do mundo, alcançando taxas altíssimas de homicídios. Em 2012, o país registrou taxa em torno de 29 homicídios por 100 mil habitantes, sendo superado, na América Latina, somente por Honduras (90,4), Venezuela (53,7), Belize (44,7), El Salvador (41,2), Guatemala (39,9) e Colômbia (30,8). Em situação menos crítica – na região – estão países como México (21,5), Costa Rica (8,9), Uruguai (7,9), Argentina (5,5) e Chile (3,1).

Em 2016, no Brasil, o número de homicídios foi igual a 62.517, segundo informações do Ministério da Saúde (MS). Isso equivale a uma taxa de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes, que corresponde a 30 vezes a taxa da Europa. Apenas nos últimos dez anos, 553 mil pessoas perderam suas vidas devido à violência intencional no Brasil (Cerqueira et al., 2018). Em 4 (quatro) anos, de 2012 a 2016, ocorreu um aumento de 1,3 mortes por 100 mil habitantes, saindo de 29 homicídios por 100 mil habitantes, em 2012, para 30,3, em 2016. Isso representou um crescimento de 4,48% nas taxas de homicídio em 4 (quatro) anos. Em média, um “crescimento linear” de 1,12% a cada ano.

As precárias condições de realização dos controles urbanos no município de Cariacica na década de 1980 tiveram como alguns de seus efeitos a extrema dispersão e a desorganização das malhas urbanas, onerando as redes de infraestruturas do município (IJSN, 1986), o que recaiu sob o crescimento urbano desordenado, alimentando, conforme teorias, a criminalidade violenta (LIRA, 2014).

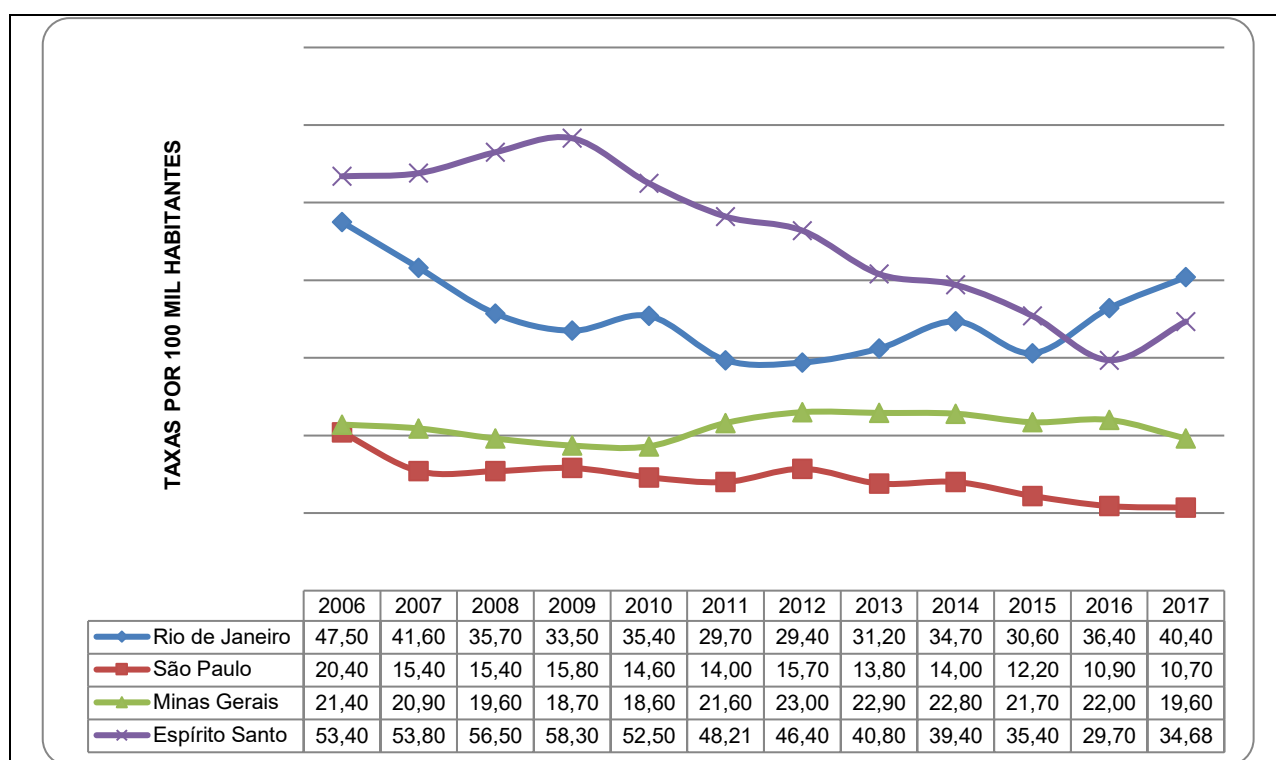
Entre os anos de 1960 e 1970, a população de Cariacica passou de rural para urbana; e, nos anos de 1980, a população urbana já ultrapassava os 90%. Em 2010, a população urbana estava em 96,82% do total da população, conforme Figura 4.

Ao visualizar as Figuras 01 e 04, observa-se através dos gráficos, que o processo de urbanização da população ocorrido em Cariacica, foi mais acelerado do que o contexto do estado do Espírito Santo. Em Cariacica, a mudança ocorreu entre os anos 1970 e 1980. Época em que atingiu porcentagens acima de 80%. Todavia, no contexto do estado do Espírito Santo, só a partir de 2010 que as taxas ficaram acima de 80%, com cerca de 83,40% da população presente nas zonas urbanas.

Essa variação de urbana para rural, em relação ao Brasil, assim como em Cariacica, também ocorrera entre os anos de 1960 e 1970, atingindo porcentagens acima de 80% em 2000, com cerca de 81,30% da população presente nas zonas urbanas, conforme é consta nas Figuras 2 e 4.

Ao observar a Figura 5, verifica-se a distribuição das taxas de homicídios por 100 mil habitantes dos estados da Região Sudeste do Brasil entre os anos de 2006 a 2017, de acordo com os dados do SIM/DATASUS, do Anuário Brasileiro de Segurança Pública e da GEOSP/SESP. Observa-se que as taxas capixabas estiveram superiores às dos demais estados do Sudeste até o ano de 2015. Em 2016, a taxa do Espírito Santo se tornou mais baixa do que a do estado do Rio de Janeiro, mas superior às taxas de São Paulo e de Minas Gerais, conservando sua posição em 2017.

Figura 5 - Taxas de homicídios dos estados do Sudeste brasileiro entre os anos de 2006 e 2017.



Fonte: Produzido pelo autor a partir dos dados do SIM/DATASUS, do Anuário Brasileiro de Segurança Pública e da GEOSP/SESP.

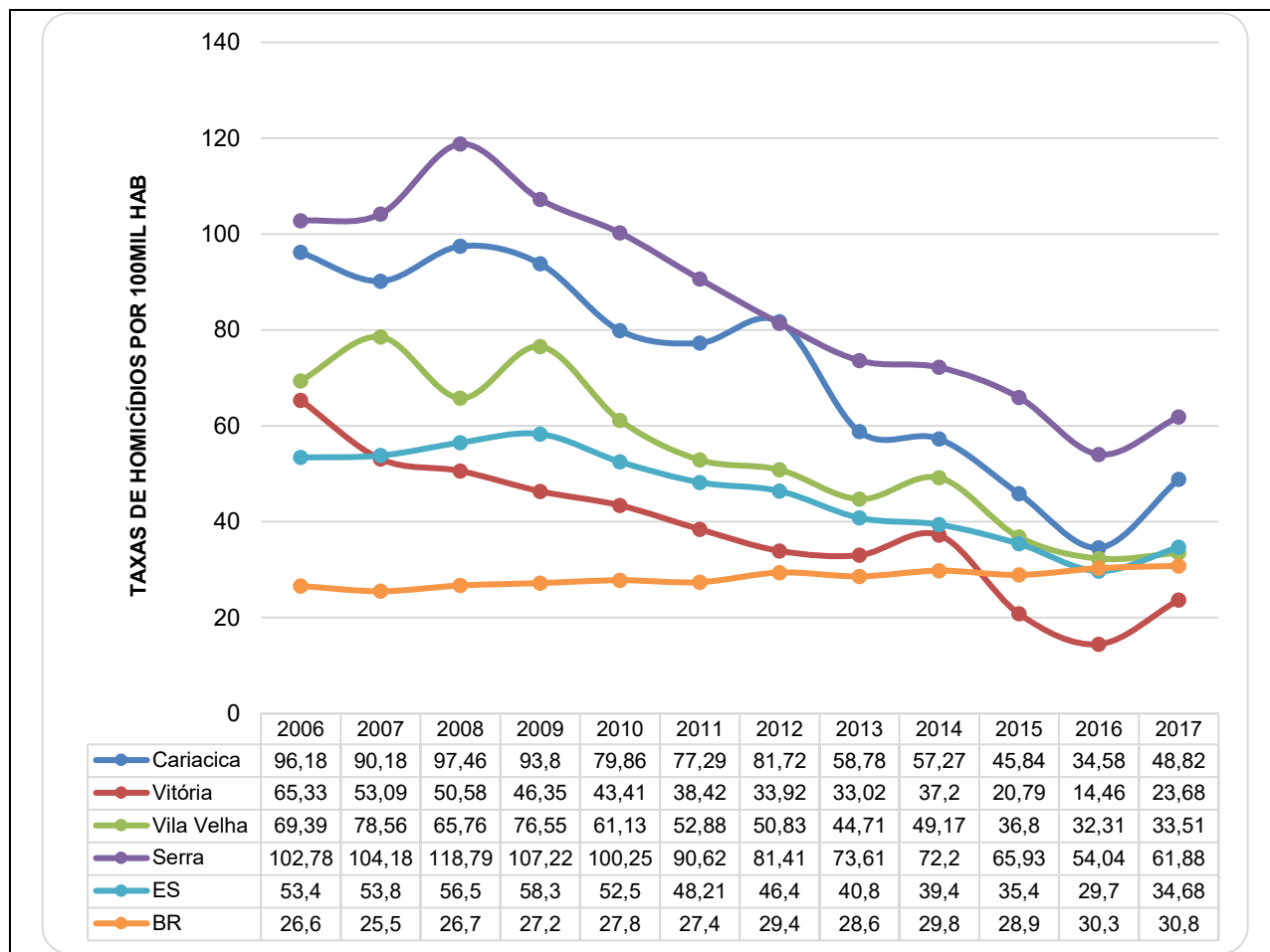
De uma forma geral, todas as taxas da Região Sudeste foram reduzidas entre 2006 e 2017. As taxas do estado de Minas Gerais, conforme a Figura 5, foram as que tiveram as menores reduções. Verifica-se que em 2006, a taxa era de 21,40; já em 2017, essa taxa chegou a 19,60, portanto, uma redução igual a 8,41%, entre os 12 anos verificados na série histórica.

O estado fluminense teve uma redução de 14,95%, saindo de 47,50 para 40,40 entre 2006 e 2017, conforme a Figura 5. O estado paulista teve a maior redução entre os estados analisados, caindo de 20,40 para 10,70 homicídios por 100 mil habitantes entre 2006 e 2017, uma redução de 47,55%. O estado capixaba também teve uma redução significativa, em torno de 35,06%, caindo a sua taxa de 53,40 para 34,68, conforme se vê na Figuras 5.

Nesse contexto, desenvolveu-se a dinâmica social da cidade de Cariacica, refletida nas suas altas taxas de homicídios. Observa-se, de uma forma geral, que o município de Cariacica sempre

tivera altas taxas de homicídios em relação aos municípios com características semelhantes na RMGV. Em destaque, verificam-se as taxas de homicídios entres os municípios de Cariacica, Vitória, Vila Velha, Serra e do Espírito Santo, conforme pode ser observado na Figura 6.

Figura 6 - Taxas de homicídios no Espírito Santo, Cariacica, Serra, Vila Velha e Vitória, entre os anos de 2006 e 2017.



Fonte: Produzido pelos autores a partir dos dados do SIM/DATASUS e da GEOSP/SESP.

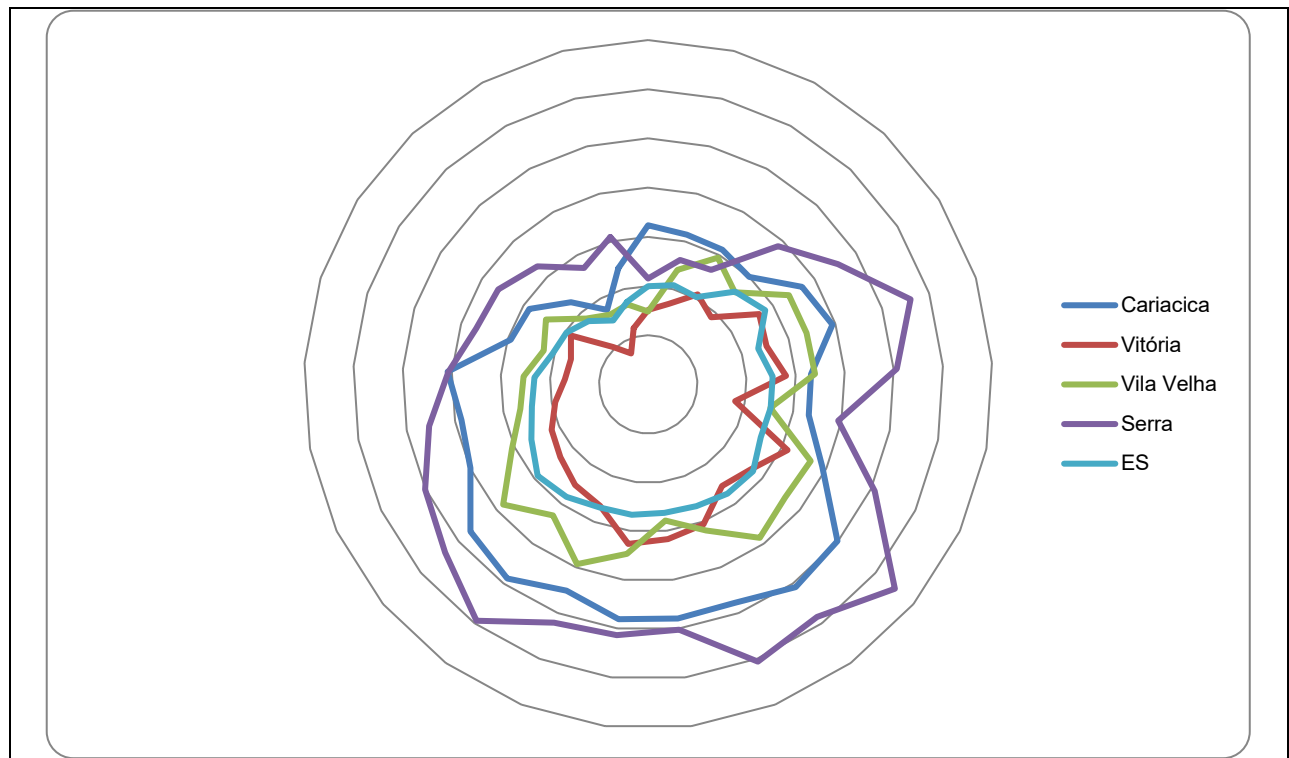
Por uma análise quantitativa, observa-se que Serra e Cariacica apresentam as maiores taxas de homicídios, sempre maiores que as taxas do estado do Espírito Santo, em distintos anos, seguidos por Vila Velha e Vitória. Também se observa que as taxas da capital do estado são as que mais se aproximam das taxas médias apresentadas pelo estado do Espírito Santo, sendo, em muitos anos, inclusive, mais baixas.

Ao serem plotadas as taxas de homicídios dos 4 (quatro) maiores municípios da Grande Vitória, em termo populacional, juntamente com as taxas de homicídios do estado do Espírito Santo e, do Brasil, verifica-se que, claramente, há uma tendência na diminuição das taxas espíritantense e uma elevação das taxas brasileiras, mesmo com um relativo baixo gradiente de crescimento.

É possível identificar ainda que o município de Serra teve as maiores taxas de 2006 a 2017, com uma pequena superação de Cariacica no ano de 2012, quando a taxa do município de Serra

foi de 81,41 homicídios por 100 mil habitantes e de Cariacica foi de 81,72, cerca de 0,31 ponto a mais que o município serrano.

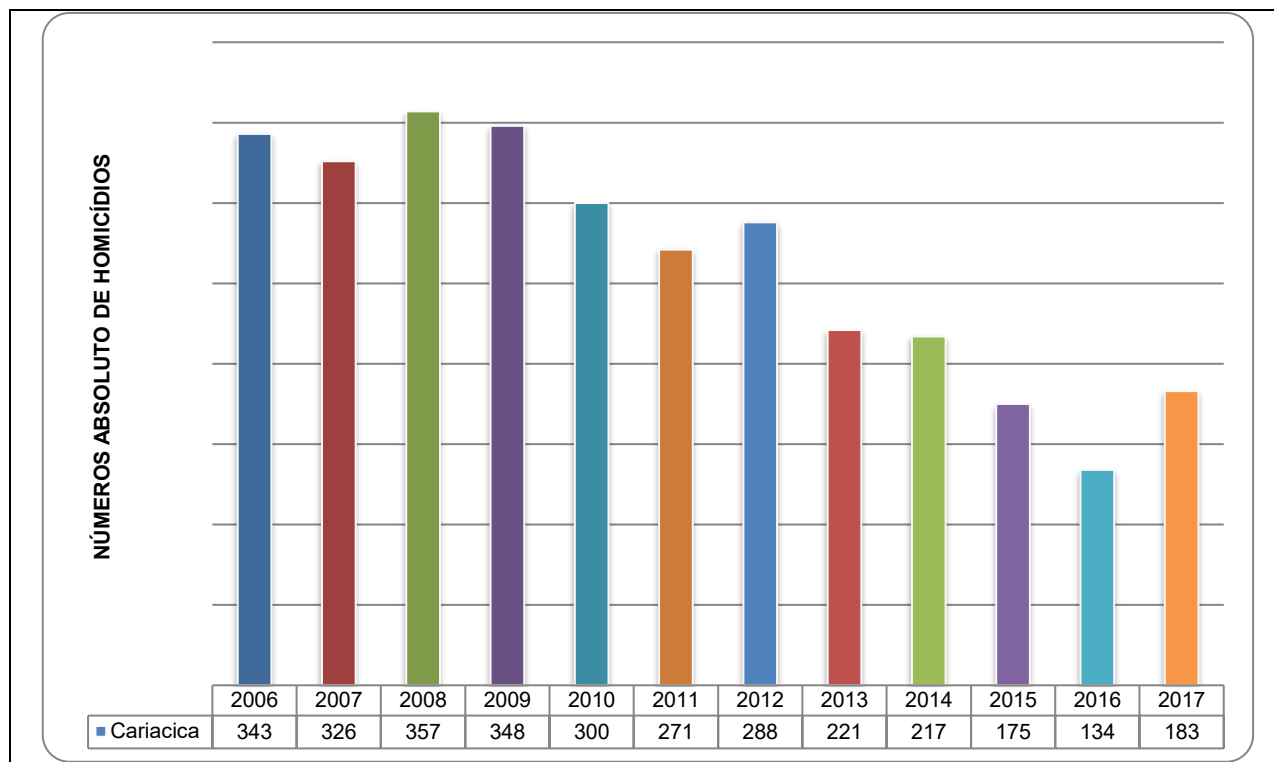
Figura 7 - Taxas de homicídios no Espírito Santo, em Cariacica, em Serra, em Vila Velha e em Vitória, entre os anos de 1993 e 2017.



Fonte: Produzido pelos autores a partir dos dados da GEOSP/SESP.

Observa-se que, no ano de 2016, os 4 (quatro) municípios destacados tiveram suas menores taxas, entre as taxas das séries apresentadas. No ano de 2017 ocorreu um aumento em todos os quatro, mas não ultrapassando as taxas, por exemplo, de 2014, e dos demais anos da série. Alguns, como Vila Velha e Serra, não ultrapassaram nem as taxas de 2015, as menores apresentadas até aquele ano, e, por conseguinte, as taxas dos demais anos anteriores da série, como pode ser verificado no Figura 6.

Ao ser observada a Figura 8, verifica-se, em valores absolutos, que os homicídios ocorridos no município de Cariacica estão numa tendência de redução desde 2008, tendo apenas um pico nos anos de 2012 e 2017; mas esse último não maior que o primeiro. Em específico, os valores de 2017 representam o terceiro menor número da série histórica apresentada, que variam entre os anos de 2006 e 2017, sendo maior que apenas os anos de 2015 e 2016, o primeiro e o segundo menores números de homicídios, em valores absolutos, da série apresentada.

Figura 8 - Números de homicídios em Cariacica, entre os anos de 2006 e 2017.

Fonte: Produzido pelos autores a partir dos dados da GEOSP/SESP.

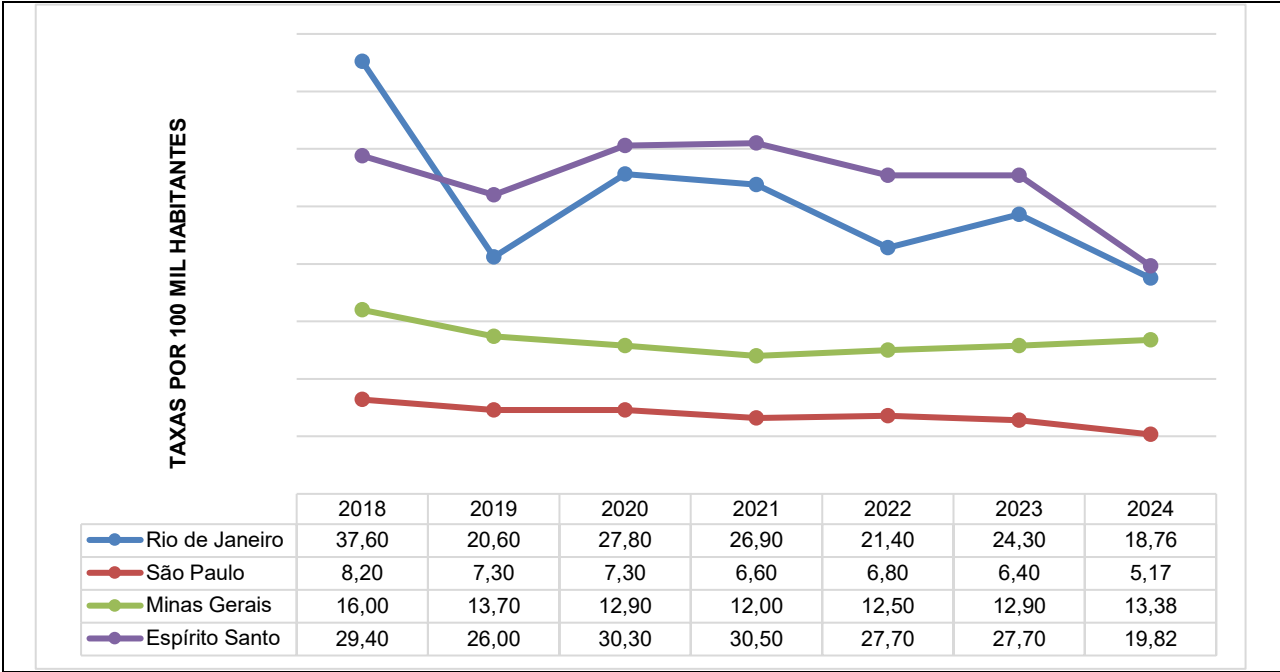
Ao se analisarem os impactos dos homicídios ocorridos em Cariacica, em relação aos números absolutos de homicídios no Brasil, entre os anos de 2006 e 2017, verifica-se que, em cada ano, os números de Cariacica parecem mais “satisfatórios”, tendo a sua maior “participação” nos homicídios registrados no Brasil, em 2008; que, naquele ano, os homicídios ocorridos em Cariacica representaram 0,7% do total de homicídios ocorridos no Brasil.

2.4 CRIMINALIDADE E TERRITORIALIDADE EM CARIACICA – RESULTADOS (2018-2024).

Nessa análise histórica das estatísticas de morte violenta em Cariacica, observa-se uma nova tendência a partir de 2018. A Figura 9 destaca a distribuição das taxas de homicídios por 100 mil habitantes nos estados da Região Sudeste do Brasil entre os anos de 2018 e 2024 com base nos dados do Atlas da Violência de 2025 – para anos entre 2018-2023 – e do Mapa da Segurança Pública 2025 (Ano base 2024) – para o ano de 2024.

Verifica-se, então, conforme Figura 9, que as taxas capixabas, similar aos anos anteriores de 2006 a 2017 (Figura 5), na maioria dos anos apontados esteve superior a todas as taxas dos demais estados do Sudeste, entre os anos de 2019 e 2024. Conforme gráfico disposto na Figura 09, apenas no ano de 2018 a taxa do Espírito Santo se tornou mais baixa do que a taxa do estado do Rio de Janeiro.

Figura 9 - Taxas de homicídios dos estados do Sudeste brasileiro entre os anos de 2018 e 2024.



Fonte: Produzido pelos autores a partir dos dados do Atlas da Violência de 2025, para anos entre 2018-2023; e dos dados do Mapa da Segurança Pública 2025 (ano-base 2024), para o ano de 2024.

Nota-se, ainda, que, nos distintos estados da Região Sudeste, todas as taxas entre os anos de 2018 e 2024 tiveram tendência de diminuição ao fim do recorte da série histórica e que o estado que obteve a maior redução, em porcentagens, foi o estado do Rio de Janeiro, com cerca de 50% de redução das suas taxas de homicídios por 100 mil habitantes. O estado de São Paulo teve uma redução 36,5 %, o estado de Minas Gerais teve uma redução de 16,25% e no Espírito Santo ocorreu uma redução de 32,6%.

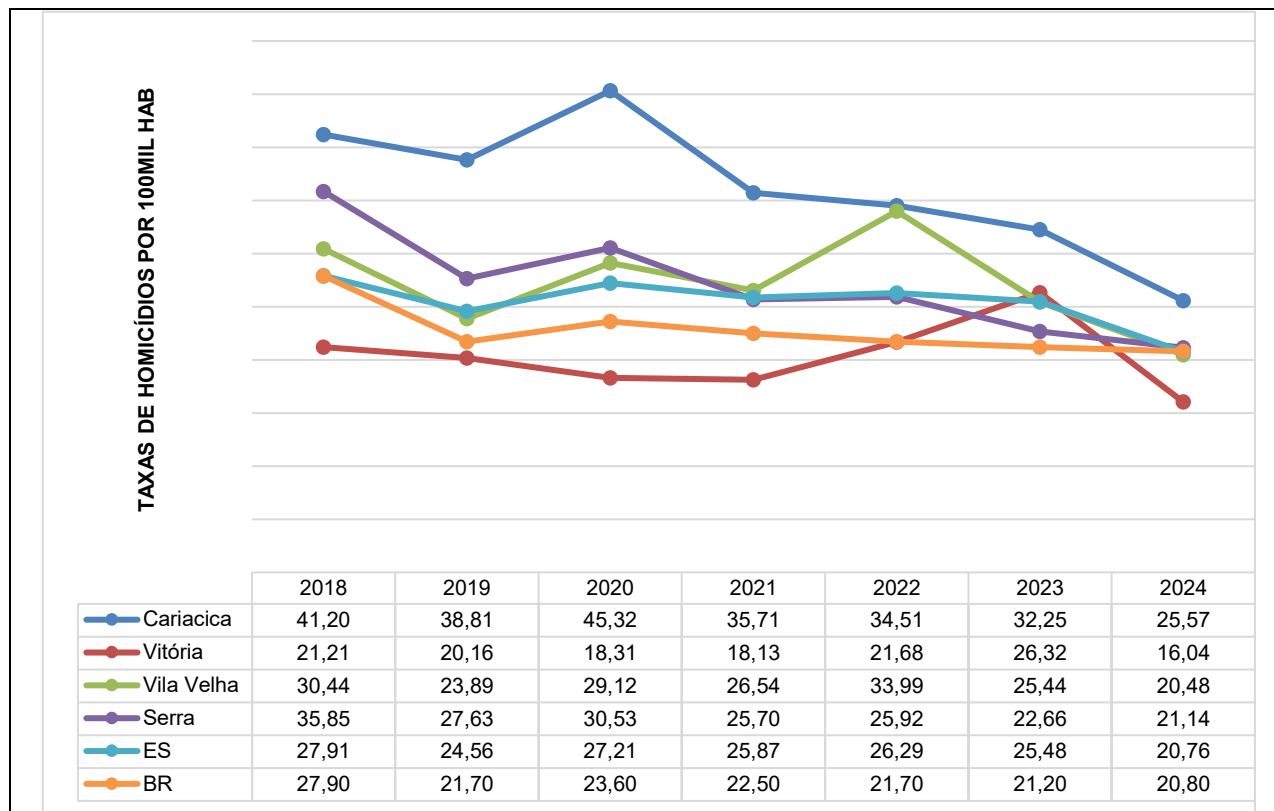
No Espírito Santo, em 2006, conforme pode ser observado na Figura 5, a taxa de homicídio por 100 mil habitantes foi de 53,40. Já em 2024 essa taxa foi de 19,82 por 100 mil habitantes. Portanto, uma redução linear de 62,88% após 19 (dezenove) anos.

Nesse mesmo contexto, da diminuição das taxas de homicídios no Espírito Santo, confirma-se a redução, também, na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), na qual, entre outros municípios menores, estão presentes as cidades mais populosas do citado estado e que, consequentemente, mais impactam as taxas do estado do Espírito Santo. São elas: Cariacica, Vitória, Vila Velha e Serra. O “coeficiente de correlação” entre as taxas do estado e dos citados municípios é deveras alta, conforme pode ser observado na Figura 10.

Diferente dos dados entre os anos de 2006 e 2017, conforme a Figura 6, as maiores taxas de homicídios entre os anos de 2018 e 2024 foram “lideradas” pelo município de Cariacica, *vide* Figura 10. Tendo um “empate técnico” com o município de Vila Velha, apenas no ano de 2022.

Apesar dessas observações, em uma análise sob uma ótica de uma maior amplitude, verifica-se que as taxas de Cariacica saem de 96,18 homicídio por 100 mil habitantes, índice de 2006, para 25,57 homicídio por 100 mil habitantes, em 2024, um significativo declínio de cerca de 73,41% na taxa de homicídio por 100 mil habitantes.

Figura 10 - Taxas de homicídios em Cariacica, Serra, Vila Velha e Vitória, no Espírito Santo e no Brasil, entre os anos de 2018 e 2024.

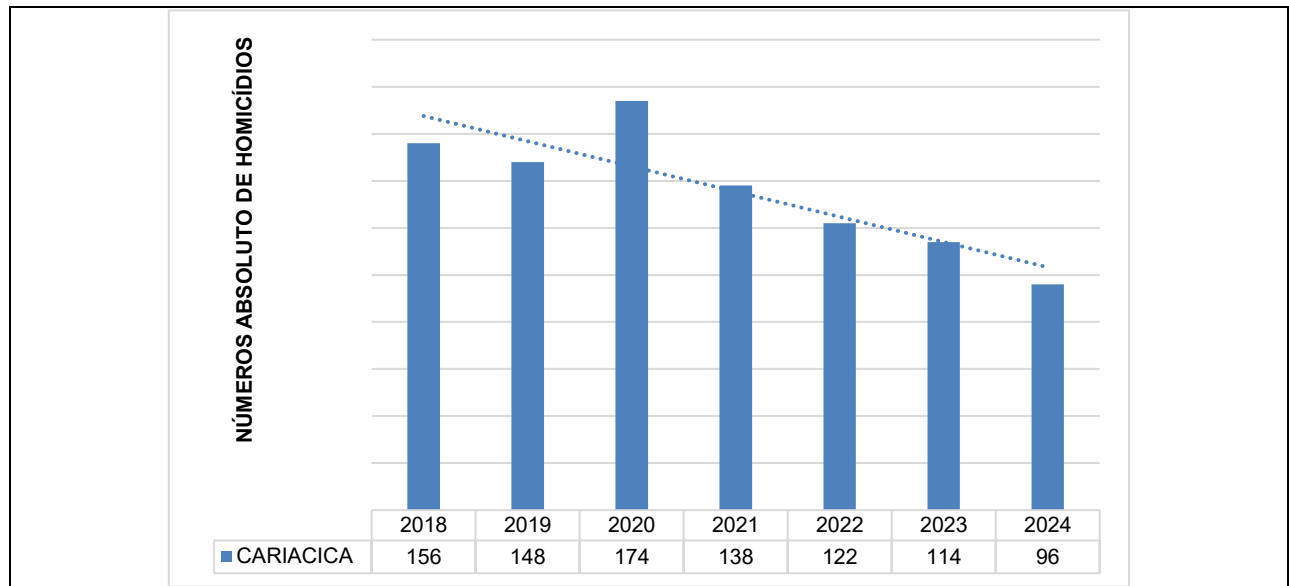


Fonte: Produzido pelos autores a partir dos dados da GEOSP/SESP, do Atlas da Violência de 2025 e dos dados do Mapa da Segurança Pública 2025 (ano-base 2024).

Ao observar a Figura 10, verifica-se que a tendência em Cariacica fora a mesma nos demais “parâmetros”. Tanto ocorreu a diminuição das taxas nos municípios espírito-santenses destacados (Cariacica, Vitória, Vila Velha e Serra), impactando no declínio das taxas do estado do Espírito Santo; como, também, uma diminuição nas taxas nacionais, que foram em 2006 de 26,60 homicídio por 100 mil habitantes, em 2017 de 30,80 homicídio por 100 mil habitantes (portanto, um acréscimo), e, em 2024, de 20,80 homicídio por 100 mil habitantes.

Ao ser observada a Figura 11, averigua-se, em valores absolutos, que os homicídios ocorridos no município de Cariacica realmente tiveram uma tendência de diminuição após o ano de 2017, tendo um novo “pico” no ano de 2020. Contudo, em 2021 permaneceu em redução, sendo que em 2024 foi alcançado o menor valor absoluto da série história apresentada no presente trabalho.

Figura 11 - Números de homicídios em Cariacica entre os anos de 2018 e 2024.

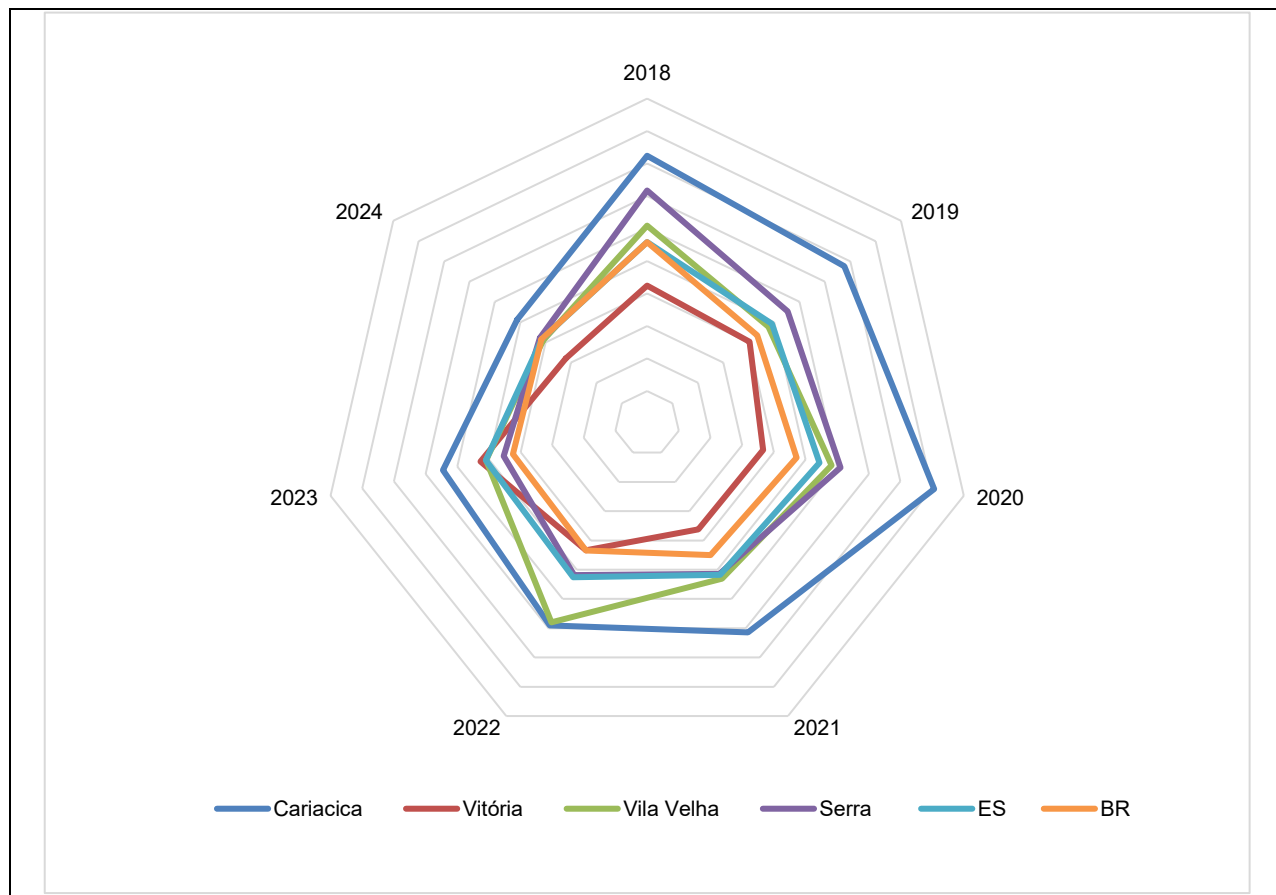


Fonte: Produzido pelos autores a partir dos dados da GEOSP/SESP.

Tendo como base inicial as informações plotadas na Figura 8, verifica-se que a tendência, lá apresentada, foi praticamente replicada entre os anos de 2018 a 2024, isto é, uma significativa diminuição nos números absolutos dos homicídios no Município de Cariacica. No ano de 2018 ocorreram, segundo os dados da GEOSP/SESP, 156 (cento e cinquenta e seis) homicídios contra 96 (noventa e seis) de 2024, uma redução linear de 38,46 %, em 07 (sete) anos consecutivos. Contudo, se a base inicial for o ano de 2006, conforme se vê na Figura 8, essa taxa de redução será de aproximadamente 72,01%, isso em 19 (dezenove) anos, já que em 2006 o número absoluto de homicídios em Cariacica foi, infelizmente, de 343 (trezentos e quarenta e três) vítimas.

Comparando as Figuras 12 e 07, foi possível identificar que as maiores taxas de homicídios por 100 mil habitantes entres os anos de 2018 a 2024, mesmo após significativos declínios em todos os municípios de RMGV em destaque, foram de Cariacica-ES, não mais de Serra.

Figura 12 - Taxas de homicídios em Cariacica, Serra, Vila Velha e Vitória, no Espírito Santo e no Brasil entre os anos de 2018 e 2024.



Fonte: Produzido pelos autores a partir dos dados da GEOSP/SESP, do Atlas da Violência de 2025 e dos dados do Mapa da Segurança Pública 2025 (Ano base 2024).

Vitória-ES, como pode ser observado nas Figuras 07 e 12, continua sendo o Município com as menores taxas de homicídios 100 mil habitantes do estado do Espírito Santo, dentro da RMGV, entre os anos de 1993 e 2024.

3 CONCLUSÃO

O presente diagnóstico, mesmo que numérico, é válido para a compreensão das relações sociais e políticas no território, apoiando as tomadas de decisões das agências de Segurança Pública, em nível estadual e municipal. Afinal, entender a evolução dos números sobre a população em relação aos homicídios contribui para a compreensão da criminalidade violenta no município de Cariacica e em todo o Estado do Espírito Santo.

Na análise das séries estatísticas buscou-se descrever a dinâmica e a variação das taxas de homicídios em Cariacica entre os anos de 2006 e 2024; comparando-as com as taxas existentes no Brasil e no estado do Espírito Santo. Essas taxas em relação aos níveis internacionais, como os

tolerados pela Organização Mundial de Saúde, que seria de 10 homicídios por 100 mil habitantes, são consideradas, ainda, altas.

Foram calculadas as taxas de homicídios de Cariacica e verificou-se que elas estiveram, durante anos, acima da média nacional e capixaba, que já se encontravam acima das taxas sugeridas pela OMS. Verificou-se que existem correlações entre as altas densidades demográficas e os crimes de homicídios no município de Cariacica-ES, assim como em toda RMGV, as quais impactam, significativamente, nas taxas capixabas.

Os mecanismos de segurança se apoiam em dados estatísticos, como os coletados nesta pesquisa, que se tornam um saber (conhecimento) do Estado sobre si mesmo. Desse modo, as regiões são tratadas de forma diferente pelo Estado, dentro da organização do poder que circula pelo território e o modo como a presença do Estado se manifesta no espaço.

Os mecanismos de segurança, por meio das estatísticas, partem da identificação das diferentes curvas de normalidade presentes na realidade, isto é, o normal em Vitória pode ser diferente do normal em Cariacica. Portanto, a operação de normalização vai consistir em fazer essas diferentes distribuições de normalidade funcionarem umas em relação às outras.

São essas curvas identificadas na realidade, apresentadas neste trabalho, que poderão servir de norma. Assim, o tratamento dispensado pelo Estado à proteção da vida será proporcional à manutenção da curva de normalidade que se considere adequada num determinado momento da História, em determinado território.

Portanto, os índices de violência suportados em determinado território são estabelecidos racionalmente por meio do acompanhamento de números e variáveis típicas dos mecanismos de segurança.

Dessa forma, é a partir da realidade e dos estudos das probabilidades que a norma se fixa, e, desempenha seu papel operatório na naturalização da violência distribuída por território, pelos modos de vida nos territórios, estabelecendo territorialidades específicas, inclusive, no que tange a quem deve viver e quem pode morrer.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Mapa da Segurança Pública 2025**: ano-base 2024. Brasília, DF: MJSP, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/estatistica/dados-nacionais-1/mapa-da-seguranca-publica-2024>. Acesso em: 10 abr. 2025.

CASTIGLIONI, A. H. Processo de crescimento da Grande Vitória. **Revista Instituto Jones**, Vitória, v. 7, n. 1, p. 9–10, 1994.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro. **Causas e consequências do crime no Brasil**. 2014. Tese (Doutorado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro; LOBÃO, Waldemar. Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, p. 233–269, 2004.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira. **Atlas da violência 2025**. Brasília, DF: Ipea; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5999-atlasdaviolencia2025>. Acesso em: 10 abr. 2025.

DIOP, Cheikh Anta. A origem dos antigos egípcios. In: MOKHTAR, Gamal (org.). **História geral da África: a África antiga**. São Paulo: Ática; UNESCO, 1983. cap. 1, p. 39–70.

DRAPER, Robert. Faraós negros. **National Geographic Brasil**, São Paulo, ano 8, n. 95, p. 31–55, fev. 2008.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública**. 11. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública**. 12. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Elaboração da política de desenvolvimento urbano do município de Cariacica**. Espírito Santo, 1986. Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20120810_ij00490_quadrogeraldomunicipio_versaop_reliminar_proj.pdf. Acesso em: 25 nov. 2019.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, Álvaro et al. (org.). **A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço**. Porto Alegre: ULBRA; UFRGS, 2008. p. 19–36.

LIRA, Pablo Silva. **Geografia do crime e arquitetura do medo: uma análise da criminalidade violenta e das instâncias urbanas**. Vitória, ES: GSA, 2014.

MARTINELLI, Marcello. **Mapas da geografia e cartografia temática**. São Paulo: Contexto, 2003.

MEMMI, Albert. **Retrato do descolonizado árabe-muçulmano e de alguns outros**. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

OLIVEIRA, Luciana P.; SFALSIN, Sônia L. S. **Um novo olhar sobre Cariacica: paisagem, história, cultura, arte e turismo**. Vitória, ES: Bios, 2007.

OLIVEIRA, Marcos F. **Expansão industrial e dinâmicas socioespaciais no município de Serra–ES**. 2007. Trabalho acadêmico (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Angela Maria. **Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo (1955–1985)**. 2. ed. Vitória, ES: [s.n.], 2012.

ROSA, Roberto. **Introdução ao geoprocessamento**. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2013.

SAMPSON, Robert J.; GROVES, W. Byron. Community structure and crime: testing social-disorganization theory. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 94, n. 4, p. 774–802, 1989.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: espaço e tempo, razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

VIEIRA NETO, João. O fenômeno da urbanização no Brasil e a violência nas cidades. **Espaço em Revista**, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 125–149, jul./dez. 2011.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz; FERREIRA, Fernando Corrêa. A disseminação dos condomínios fechados em Serra – Região Metropolitana da Grande Vitória, ES – e os impactos ambientais da implantação de Alphaville. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 12., 2011, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte, 2011.

Artigo recebido em: 27/08/2024.

Aprovado em: 16/10/2025.